



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, ASSEIO  
E LIMPEZA, COPEIRAGEM E JARDINAGEM PARA ATUAÇÃO  
NOS FÓRUMS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_  
PROTOCOLO Nº 201000168192  
PROCESSO Nº TJ-283/10**

**CONTRATANTE:** O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, estabelecido na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CNPJ 27.476.100/0001-45, neste ato, representado por sua Diretora Geral em Exercício, **TEREZINHA LAGHI LARANJA**, CPF nº 751.158.917-00005.180.397-65, na forma do Ato nº 002/2008, de 03 de janeiro de 2008, do Exmo. Sr. Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

**CONTRATADA:** **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 00.482.840/0001-38, estabelecida na Rua Otto Julio Malina, nº 736, Bairro Ipiranga, São José/SC, Cep: 88.111-500, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu Representante Legal, Srº **Antonio Neri Varela**, RG nº 1.620.035-7/SSP-SC e CPF nº 539.748.179-87.

Resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, sob regime de execução indireta por empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1** - Este contrato tem por objeto a contratação de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conservação, asseio e limpeza, copeiragem e jardinagem para atuação nos Fóruns do Poder Judiciário Estadual**, conforme disposto no Anexo I do Edital do Pregão nº 016/10.

**PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**1.1** - A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes do Edital e seus anexos, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA em 26/04/2010 e dirigida ao CONTRATANTE e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

**2** - O CONTRATANTE se obriga a:

- a)** exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei 8666/93;
- b)** efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas na Cláusula Quarta deste contrato;
- c)** disponibilizar instalações sanitárias;
- d)** disponibilizar local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3 - A CONTRATADA se obriga a:**

- a)** Executar, sob sua integral responsabilidade, os serviços ora contratados, em conformidade com a Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão 016/10, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, devendo receber prévia aprovação do CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los;
- b)** Apresentar para a prestação dos serviços profissionais que atendam a todos os requisitos discriminados no Termo de Referência;
- c)** Fornecer aos profissionais que prestarão os serviços uniforme adequado, da forma definida no Termo de Referência;
- d)** Disponibilizar, quando da execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas e adolescentes em conflito com a Lei, ao menos na seguinte proporção:
  - d.1)** 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;
  - d.2)** 01 (uma) vaga quando da contratação de 06 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga para as contratações de até 5 (cinco) trabalhadores.
  - d.3)** As vagas geradas em razão da presente exigência devem ser registradas no Portal de Oportunidades do Projeto Começar de Novo. (Recomendação do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, nº 29, de 16 de dezembro de 2009, Publicada no DOU, Seção 1, em 17/12/09, p.135, e no DJ-e nº 216/2009, em 17/12/09, p.3).
- e)** Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidente de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços;
- f)** Assumir todos os possíveis danos, físicos ou materiais, causados ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;
- g)** Assumir todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- h)** Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens do Contratante ou de terceiros;
- i)** Substituir imediatamente, o funcionário em falta, justificada ou não, em férias, licença, etc, evitando prejudicar o bom andamento dos serviços;
- j)** Fornecer a cada profissional os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, nos termos da legislação aplicável;
- k)** Manter a disciplina nos locais onde os serviços forem ser executados;
- l)** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- m)** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do contratante;
- n)** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma a obedecer o previamente avençado, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- o)** Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local de trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável da Administração pelo acompanhamento dos serviços, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

**p)** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho vigente.

**q)** Substituir o funcionário cuja presença seja considerada inadequada, observando o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após comunicação feita pela Diretoria de Zeladoria de Manutenção.

**r)** Efetuar pagamento dos seus funcionários em Banco que tenha agências em todos os Municípios que sejam Comarcas do Poder Judiciário.

**s)** Efetuar pagamento dos jardineiros esporádicos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, apresentando a comprovação de tal pagamento através de listagem onde conste o nome, o local de trabalho com o respectivo comprovante de pagamento.

**t)** Assinar as autorizações que seguem em anexo a este instrumento.

**u)** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**4.1** - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor de R\$ 589.900,00 (quinhentos e oitenta e nove mil e novecentos reais) referentes aos serviços prestados no mês anterior, no prazo máximo de 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pela Diretoria responsável, desde que não haja fato impeditivo provocado pela CONTRATADA.

**4.2** - Para que seja efetuado o pagamento, a contratada deverá apresentar, junto com a Nota Fiscal:

**4.2.1** - Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando as regularidades com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Certificado de Regularidade de Situação - CRS e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

**4.2.2** - Relação nominal dos profissionais alocados para a prestação dos serviços, por posto de trabalho, e quantificação dos dias trabalhados, assim como cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço, e guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas;

**4.2.3** - Fatura discriminando os valores dos montantes "A" e "B", fazendo também a separação dos valores iniciais e dos reajustes, quando for o caso, acompanhadas das planilhas de cálculo e documentação instrutória competente;

**4.2.4** - Quadro demonstrativo de faltas ocorridas no período faturado e comprovação da cobertura, se houver;

**4.2.5** - Quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas indicando se houve ou não a substituição, referentes ao período faturado;

**4.2.6** - Cópias das rescisões de contrato de trabalho dos profissionais alocados no TJ/ES, se houverem, referentes ao período faturado;

**4.2.7** - Cópias dos comprovantes de fornecimento de auxílio alimentação e vale-transporte aos empregados, nos quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade, o valor dos vales e, ainda, assinatura do empregado atestando o recebimento;

**4.2.8** - comprovação da quitação dos impostos, taxas e demais encargos que incidam sobre os pagamento resultantes do contrato;

**4.3** - No caso de ausência de profissional em qualquer posto de trabalho ou de atraso superior a 15 minutos do horário previsto, o valor correspondente ao dia de serviço ou ao número de horas ou minutos não trabalhados será descontado do faturamento mensal, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**4.4** - As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste edital serão devolvidas à CONTRATADA, não correndo, neste caso, o prazo estipulado no item 4.1.

**4.5** - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente qualquer obrigação legal ou contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

**4.6** - Pelo atraso injustificável no pagamento, o TJES pagará reajuste monetário com base no IGP-M e juros de mora à base de 1%(um por cento) ao mês.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 7.078.800,00** (sete milhões, setenta e oito mil e oitocentos reais).

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO**

**5.1** - A contratada faz jus à repactuação do contrato desde que transcorridos doze meses da data do orçamento a que a proposta se refere em razão da variação efetiva do custo de produção.

**5.2** - A data do orçamento a que a proposta se refere corresponde à data-base da categoria profissional envolvida na execução do contrato, quando deve ocorrer acordo, convenção ou dissídio coletivo, em conformidade com as normas trabalhistas;

**5.3** - A repactuação abrange todos os elementos de custos incidentes sobre a execução do contrato, ainda que não abrangidos por acordo, convenção ou dissídio coletivo, por efeito do que, até a próxima repactuação, a contratada não faz jus ao reajuste;

**5.4** - Admite-se apenas uma repactuação dentro do período de um ano, ainda que o contrato envolva categorias profissionais diferentes, com datas-base diferentes, hipótese em que cabe à contratada optar pelo momento da repactuação.

**5.5** - A contratada deve apresentar à Administração:

**5.5.1** - cópia autenticada do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da celebração do contrato e do atual, que fundamenta o pedido de repactuação;

**5.5.2** - comprovantes acerca da variação de preços ocorrida em relação a outros elementos de custo não abrangidos pelo acordo, convenção ou dissídio coletivo por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação do contrato;

**5.5.3** - planilha de preços comparativa e analítica que demonstre a efetiva variação de todos os elementos de custos do contrato;

**5.6** - A Administração procederá a pesquisa de preços e avaliará o pedido de repactuação;

**5.7** - A Administração, reconhecendo o pedido de repactuação, deve realizar os pagamentos retroativos a contar da data-base da respectiva categoria e em relação a outros elementos de custo não abrangidos pelo acordo, convenção ou dissídio coletivo, a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS**

**6** - A CONTRATADA garante a execução deste Contrato, na modalidade de seguro garantia como definida no art. 56 §1o da Lei no 8.666/93, no valor de R\$ 707.880,00 (setecentos e sete mil, oitocentos eoitenta reais) equivalentes a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato, com validade até 90 (noventa) dias após a data prevista para seu vencimento, tudo através da apólice nº 07-0745-0164478, que torna-se parte integrante do presente ajuste.

**6.1** - A CONTRATADA prestará a garantia no prazo máximo de 07 (sete) dias após o recebimento de notificação para tal fim.

**6.2** - O CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término deste contrato, conforme § 4º do art. 56, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7** - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitando-se a 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA OITAVA - DA NATUREZA DA DESPESA**

**8** - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente contrato correrão à conta da Dotação 039010206102612030, Elemento de Despesa 3.3.90.39.78 do Fundo Especial do Poder Judiciário para o corrente exercício financeiro.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1** - A adjudicatária que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 05(cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no contrato, bem como às demais cominações legais.

**9.2** - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

**a)** advertência;

**b)** multa de:

**b.1)** 0,1% sobre o valor mensal adjudicado, nos caso de a adjudicatária:

<b>b.1.1</b>	permitir a presença de profissional não uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por Aplicada por profissional alocado e por ocorrência;
--------------	---



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

<b>b.1.2</b>	Deixar de Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus profissionais. Aplicada por profissional alocado e por dia;
<b>b.1.3</b>	Deixar de fornecer os uniformes e/ou EPI's. Aplicada por empregado e por dia;
<b>b.1.4</b>	Deixar de pagar os salários, inclusive férias e 13º salário, vales-transporte e/ou vale refeição nas datas estipuladas, por ocorrência e por dia de atraso. Aplicada por funcionário e por dia;
<b>b.1.5</b>	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas. Aplicada por ocorrência e por dia;

**b.2)** 0,5% sobre o valor mensal adjudicado, nos caso de a adjudicatária:

<b>b.2.1</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. Aplicada por serviço e por dia;
<b>b.2.2</b>	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador. Aplicada por ocorrência;
<b>b.2.3</b>	Deixar de efetuar a substituição de funcionários nas faltas justificadas ou não e/ou férias. Aplicada por funcionário e por dia;
<b>b.2.4</b>	Deixar de efetuar a reposição de funcionário faltoso, quando solicitado pelo <b>CONTRATANTE</b> . Aplicada por funcionário e por dia;
<b>b.2.5</b>	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador. Aplicada por item e por ocorrência.
<b>b.2.6</b>	Deixar de entregar os equipamentos em sua totalidade, conforme Anexo IV; Aplicada por localidade e por dia.
<b>b.2.7</b>	Deixar de entregar os materiais ou entregá-los de forma incompleta, mensalmente. Aplicada por localidade e por dia.

**b.3)** 0,2% ao dia sobre o valor mensal, no caso de atraso no início dos serviços, suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

**9.3** - Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei 8.666/93.

**9.4** - A aplicação das multas previstas não exime a licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar ao TJES.

**9.5** - Os valores da multas aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

**9.6** - A totalidade das multas previstas neste Contrato não poderá exceder o limite de 20% (vinte por cento) de seu valor global, durante toda a sua vigência.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

**10.1** - O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidos neste contrato por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

**10.2** - Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos previstos no Art. 78 e 79 da Lei 8.666/93, em especial:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 10.2.1** - Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação;  
**10.2.2** - Subcontratação do objeto deste contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.  
**10.2.3** - Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, assim como a de seus superiores;  
**10.2.4** - Cometimento reiterado de falhas na execução do contrato, anotadas pela fiscalização do CONTRATANTE;  
**10.2.5** - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;  
**10.2.6** - Dissolução da empresa;  
**10.2.7** - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudiquem a execução deste contrato;  
**10.2.8** - Razões de relevante interesse público e amplo conhecimento;  
**10.2.9** - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste contrato;  
**10.2.10** - Suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.  
**10.2.11** - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.  
**10.2.12** - Não liberação por parte do CONTRATANTE de área, local ou equipamento para execução dos serviços, nos termos e prazos contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11** - Fica eleito o foro de Vitória-ES para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e convencionados, assinam o presente em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória/ES, 12 de Julho de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
**TEREZINHA LAGHI LARANJA**

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo  
Diretora Geral em Exercício  
(CONTRATANTE)

  
\_\_\_\_\_  
**ANTONIO NERI VARELA**

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA  
(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **ANEXO I DO CONTRATO - AUTORIZAÇÃO**

### **AUTORIZAÇÃO**

**Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.**

EMPRESA:

CNPJ:

  
**ANTONIO NERI VARELA**  
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA





**ANEXO II DO CONTRATO - AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO**

**Autorizo o CONTRATANTE a abrir conta vinculada a este Contrato, aberta em nome desta Empresa em instituição bancária para depósito dos valores destacados do valor mensal do contrato referente às provisões realizadas para o pagamento do 13 salário, férias e abono de férias, adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa, bem como o impacto sobre férias e 13 salário, que ficarão bloqueados e só poderão ser movimentados mediante autorização do CONTRATANTE e exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.**

Autorizo também o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos dos valores depositados na conta vinculada.

EMPRESA:

CNPJ:

  
**ANTONIO NERI VARELA**  
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA